

As críticas de Celso Furtado às interpretações da economia ortodoxa sobre crescimento econômico e desenvolvimento

Celso Furtado's criticisms of orthodox economics' interpretations of economic growth and development

VANESSA F. JURGENFELD

RESUMO

O artigo analisa as contraposições de Celso Furtado às interpretações da economia ortodoxa ao longo de sua obra. Para isso, foram levantados os argumentos expressos por ele em diferentes livros e artigos, e estes foram reunidos em dois níveis de crítica. O primeiro é mais voltado aos problemas do entendimento da economia em geral pelas teorias econômicas clássicas e neoclássicas. Já o segundo é direcionado às interpretações que surgiram durante e logo após a Segunda Guerra Mundial. Seus autores foram entendidos pela literatura econômica como pioneiros do desenvolvimento, apesar de serem ainda muito influenciados pela concepção convencional.

Palavras-chave: Celso Furtado; teoria econômica; desenvolvimento econômico; subdesenvolvimento.

ABSTRACT

The article analyzes Celso Furtado's oppositions to mainstream economic interpretations throughout his work. For this, the arguments expressed by him in different books and articles were raised and these were gathered in two levels of criticism. One of this level is more focused on the problems of understanding the economy in general through classical and neoclassical economic theories. The other is more directed to the interpretations that emerged during and shortly after the Second World War. Their authors were understood by the economic literature as pioneers of development, although still very influenced by the mainstream conception.

Key words: Celso Furtado; economic theory; economic development; underdevelopment

INTRODUÇÃO

A interpretação dos teóricos da economia ortodoxa foi criticada por Celso Furtado em pelo menos dois níveis de crítica: um mais voltado aos problemas do entendimento da economia em geral pelas teorias econômicas clássicas e neoclássicas e outro direcionado às interpretações que surgiram durante e logo após a Segunda Guerra Mundial, interpretações cujos autores foram entendidos pela literatura econômica como pioneiros do desenvolvimento, apesar de ainda muito influenciados pela concepção convencional.

Sobre as críticas mais gerais às teorias clássicas e neoclássicas podem ser mencionados alguns aspectos: 1) o fato de explicarem alguns problemas da economia sobrepondo o microeconômico ao macroeconômico, como se este fundasse aquele, aplicando generalizações deterministas por meio de modelos esquemáticos, com forte abstração da realidade, e, logo, supondo um modelo geral de crescimento econômico; 2) a interpretação de que o *laissez-faire* seria benéfico aos países atrasados; 3) a ideia de que a especialização produtiva por meio da aplicação dos princípios das vantagens comparativas ampliaria a riqueza mundial, inclusive a dos países especializados na produção e exportação de matérias-primas; 4) a extensão da ideia de crescimento econômico ao desenvolvimento econômico, como se fossem conceitos equivalentes; e 5) contribuição com teorias, em geral, contrárias à melhoria de vida da classe trabalhadora.

Já sobre o segundo aspecto da crítica de Furtado, é possível mencionar especificamente algumas argumentações que problematizaram as teorias do período da Segunda Guerra Mundial e do imediato pós-Segunda Guerra Mundial. Seu alvo foram as teorias de Paul Rosenstein-Rodan, Ragnar Nurkse, Arthur Lewis e Walt Rostow. Estes autores foram denominados pela literatura econômica como pioneiros das teorias do desenvolvimento econômico¹, apesar de suas concepções estarem ainda muito influenciadas pela interpretação convencional.

As críticas ao primeiro grupo foram reunidas por Furtado principalmente no livro “Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico”, originalmente publicado em 1967. Elas, porém, já tinham aparecido anteriormente, ainda na década de 1950. Em 1957, por exemplo, ele teceu algumas considerações a respeito dos limites dessas análises quando escreveu um capítulo menos conhecido, inserido dentro de uma coletânea de vários autores em homenagem a Eugênio Gudín, intitulado “A análise marginalista e o subdesenvolvimento”.

¹ Entende-se que a denominação mais apropriada seria teorias do crescimento econômico.

Já as observações em relação ao segundo grupo fizeram parte de diferentes publicações, como o artigo “Formação de capital e desenvolvimento econômico”, de 1952, texto de comentário às contribuições de Nurkse, e o livro “A economia brasileira — contribuição à análise do seu desenvolvimento”, de 1954. Em 1961, as críticas envolveram um artigo intitulado “Comentários sobre estudos do professor Rosenstein-Rodan”. Além disso, integraram o próprio livro “Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico”, perpassaram “O mito do desenvolvimento econômico”, de 1974, “Pequena Introdução ao Desenvolvimento — enfoque interdisciplinar”, de 1980, e é possível observá-las em partes de dois dos três livros da sua autobiografia: “A Fantasia Organizada”, de 1985, e “Os Ares do Mundo”, de 1991².

As críticas de Furtado são bastante válidas, ainda que ele mesmo tenha incorrido, em dois momentos pontuais, em erros, ao utilizar modelos de crescimento econômico em dois artigos — Furtado; Maneschi (1968) e Furtado; Sousa (1970). Estes foram publicados durante o seu período de exílio, que começou em 1964, sendo por um tempo curto abrigado na Universidade de Yale (EUA), um centro ortodoxo de teorias do crescimento. Estes artigos, que recorrem à econometria, em uma abstração bastante resumida do que seria a realidade, tornaram-se, no final, pontos “fora da curva” na sua produção intelectual, quando observados os mais de 30 livros publicados em vida, em que prevaleceu a contraposição a esses modelos, com uma preocupação com o desenvolvimento e o subdesenvolvimento e não meramente com crescimento econômico.

Não se ignora este fato, mas este artigo se deterá sobre as críticas à ortodoxia econômica que foram construídas por Furtado ao longo de sua obra, pois se entende que estas foram a sua grande marca. Tais críticas — melhor compreendidas quando analisado o conjunto dos seus escritos ao longo de sua vida — permitiram a ele próprio criar uma argumentação teórica contrária aos modelos clássicos e neoclássicos de forma geral, convencendo a si mesmo e refutando-os. Isso, aliás, foi, de certo modo, reconhecido por ele na seguinte frase: “[...] é estudando as teorias convencionais que nos capacitamos para superá-las” (Furtado, 1957, p. 164).

O estudo dessas teorias também contribuiu para que Furtado construísse um pensamento criativo a respeito do desenvolvimento econômico e do subdesenvolvimento,

² Embora tenha existido um esforço de mapeamento das principais obras que continham essas críticas, como a obra do autor é bastante extensa e este conteúdo esteja esparso pelos seus escritos, provavelmente as críticas não se esgotam somente nas obras mencionadas.

com argumentos históricos e estruturais sobre o subdesenvolvimento latino-americano, e, mais especificamente, sobre o subdesenvolvimento brasileiro.

1. OS PROBLEMAS MAIS GERAIS DO USO DOS REFERENCIAIS CLÁSSICO E NEOCLÁSSICO

Uma questão-chave para a crítica de Furtado ao referencial clássico e neoclássico partiu da indagação sobre até que ponto existiria uma validade em modelos abstratos simplificadores? Para ele, ao contrário daqueles modelos, era impossível eliminar o fator tempo e “a irreversibilidade dos processos econômicos históricos” (Furtado, [1967] 1977, p. 4).

A ideia de que a Ciência Econômica seria puramente abstrata, como tais teorias defendiam (e até hoje em voga na ortodoxia), diz o autor, deveu-se a David Ricardo. Em Ricardo (1817), o objeto de estudo passava a ser principalmente a distribuição do produto social, mas, conforme afirma Furtado ([1967] 1977), economistas como Ricardo não se preocuparam, a partir do estudo da acumulação, em explicar o desenvolvimento, mas sim em justificar a forma como se dividia a renda, havendo ali uma teoria dos salários que era contrária à classe trabalhadora e uma teoria da renda da terra que seguia também, no fundo, essa mesma direção de oposição aos trabalhadores.

A abstração que estava presente no processo econômico quando entendido a partir das argumentações de Ricardo o levaram a generalizações que tinham aparência de universais, mas que, no fundo, não o eram, como advertiu Furtado:

A escassez relativa e a diversidade dos tipos de terra arável são observações que, se bem realizadas em um condado da Inglaterra, têm toda a aparência de uma evidência universal. Fazendo derivar o fenômeno da renda desses dois fatores, Ricardo podia esperar que sua teoria tivesse um caráter de universalidade. Ora, nem a escassez relativa da terra pode ser universalizada, nem parece ser ela o fator determinante da forma de repartição da renda social nas economias de base agrária (Furtado, [1967] 1977, p. 5).

Furtado também critica a teoria do equilíbrio geral, base constitucional importante da teoria neoclássica a partir da obra “Elementos de Economia Política Pura”, de Léon Walras, apontando o problema de análises que não se apoiavam no estudo do excedente social³ e de como se dava não só a sua produção, mas também a sua apropriação.

³ Sobre o tema do excedente social, Furtado se assemelha ao que está colocado em Baran (1957). Recomenda-se a leitura do artigo de Bianconi e Coutinho (2019) sobre a relação de excedente e estruturas sociais na obra de Furtado.

Basicamente, a escola neoclássica procurava “demonstrar que, sendo cada fator remunerado em função de sua produtividade marginal, a totalidade do produto se [esgotava] no processo distributivo” (Furtado, [1967] 1977, p. 37). Ou seja, eram descartadas as crises de superprodução no capitalismo, dando como válida a Lei de Say, que é associada à ideia de que toda oferta cria sua própria demanda.

Tais modelos, segundo Furtado, também incorriam em erros, pois pressupunham uma função de produção com diferentes combinações de “fatores”, podendo haver qualquer combinação de capital e trabalho, de modo que a remuneração destes supostamente se daria de acordo com a produtividade marginal de cada “fator”. Isso levaria a economia, inclusive, ao equilíbrio com pleno emprego, o que Furtado refutava, seguindo o que Keynes já havia descartado em “A Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda”, livro de 1936.

Na verdade, e em especial em economias subdesenvolvidas — em que o setor moderno não substitui o arcaico, mas convive ao seu lado —, o aumento do salário, quando ocorria, só se daria um pouco acima do que era pago ao salário de subsistência⁴, para manter a mão de obra elástica, ou seja, com muitos trabalhadores disponíveis para o setor mecanizado, mantendo-se permanentemente um achatamento do salário na economia.

As ideias neoclássicas, na argumentação de Furtado, levavam uma perspectiva otimista para a classe assalariada, uma vez que, sempre que o estoque de capital crescesse mais que a população, a produtividade marginal do trabalho cresceria, bem como supostamente aumentariam os salários reais⁵, o que a realidade brasileira, em especial, ainda que não unicamente, não mostrava.

Entre outras críticas de Furtado também estava que na vertente teórica neoclássica a poupança seria *ex-ante* ao investimento. Como num círculo virtuoso, a teorização pressupunha que toda vez que se ampliassem os lucros e a frugalidade, a taxa de poupança da economia cresceria e haveria, *ex-post*, mais investimentos físicos, e o produto cresceria. Com isso, supostamente se ampliaria a riqueza, e então a sociedade experimentaria o crescimento e o desenvolvimento econômico.

⁴ Argumentos similares posteriormente estiveram em Oliveira (1972).

⁵ Kalecki foi um autor importante para mostrar a falácia deste tipo de argumento neoclássico. De acordo com ele, os salários reais poderiam não subir, uma vez que os capitalistas controlavam os preços dos produtos numa economia, dado que se tratava de um capitalismo monopolista desde a transição do século XIX para o XX. Deste modo, por mais que o salário nominal crescesse, o real diminuiria a partir da elevação dos preços dos produtos que compunham a cesta básica do trabalhador. Ver: Kalecki (1987).

Surgem daí conceitos de espera (Marshall), sacrifício (Cassel) etc., que em nada constituem progresso com respeito à abstinência de Senior. Resulta disso que a explicação última do progresso econômico estaria na boa disposição de alguns cidadãos para uma forma ou outra de sacrifício. *Partia-se do princípio de que, se não houvesse remuneração adequada para o capital, desapareceria a poupança e seria impossível qualquer acumulação* (Furtado, [1967] 1977, p. 40, grifos nossos).

Ressalta-se no trecho acima a argumentação em defesa do capital, que deve ser bem remunerado, para que haja poupança e acumulação. Além disso, Furtado notou que “os neoclássicos [discutiam] o problema como se poupar dependesse mais das virtudes morais do indivíduo do que da possibilidade material de [se] realizar a poupança” (Furtado, [1967] 1977, p. 40-41).

Em economias subdesenvolvidas, em que há alta taxa de desemprego e o salário é estabelecido ao nível de subsistência, certamente há problemas sobre não haver nem como poupar, uma vez que não há renda suficiente para sobrevivência digna da maior parte das famílias.

Sobre outras generalizações da teoria neoclássica, como o aumento da produtividade ser usado enquanto sinônimo de desenvolvimento econômico, Furtado afirmou que o aumento de produtividade microeconômico — no âmbito de uma firma — significaria meramente aumento da taxa de lucros de alguns empresários, sem rebatimentos necessários sobre a renda real *per capita* da coletividade. Sua crítica tratava da dedução que era feita dos teóricos desta corrente, uma vez que extrapolavam, a partir de estudos específicos de empresas, ideias com validade supostamente universal, e equivocadamente daí se derivava uma teoria do desenvolvimento.

Outra generalização comum às teorias clássicas e neoclássicas — a de que o comércio exterior também seria benéfico para todos os países em qualquer momento histórico, contribuindo para o aumento da riqueza mundial distribuída a todos os países, desde que focassem em produzir e comercializar os produtos em que detinham maiores vantagens, teorização que teve Ricardo como principal autor — também encontrou refutação de Furtado⁶.

Neste caso, em um dos seus argumentos, ele recorreu ao exemplo de Cuba pós-Revolução (1959). Ao relatar a situação de Cuba neste período da história, observou que se

⁶ Vale lembrar que uma crítica contundente a Ricardo está no texto de Prebisch ([1949] 2000).

tratava de um país que evidenciava o quanto o comércio exterior poderia ser parte dos impedimentos para o desenvolvimento de um país.

Em outras economias subdesenvolvidas como a brasileira, Furtado (1957) também observou a não validade da argumentação de que o comércio exterior teria sempre um caráter benéfico: no Brasil, em momentos de restrição externa, houve crescimento econômico. O país contornou parte da restrição externa, por exemplo, com uma política de substituição de importações que auxiliou no desenvolvimento industrial nacional. Isso seria justamente o contrário do que era colocado por aquelas teorias, que julgavam que em períodos de restrição externa haveria, conseqüentemente, uma estagnação econômica.

Além disso, vale destacar a contraposição de Furtado (1957) do ponto de vista da discussão sobre o gasto público em geral. Na teoria neoclássica, este é geralmente entendido como uma das causas da inflação, por incentivar o aquecimento da economia, causando desequilíbrios no curto prazo entre a oferta existente e a demanda. A atuação do Estado também seria criticada pela ortodoxia por atrapalhar o livre jogo dos agentes privados na melhor alocação dos recursos escassos, por conta de suas intervenções no mercado. O Estado deveria atuar somente naquilo que fosse considerado falhas de mercado, ou seja, quando os mecanismos da oferta e demanda não alocassem os recursos de forma eficiente.

Furtado (1957) expõe justamente o contrário, sobretudo observando o comportamento de economias subdesenvolvidas, mostrando como o gasto público seria importante nos investimentos, que melhorariam os salários, e no auxílio à formação de mercado interno de consumo — sendo também relevante a sua cobrança de impostos, que, sobretudo se revertidos em gastos na correção da estrutura produtiva, contribuiria como fator importante para o desenvolvimento econômico.

Apesar de aproximar a teoria clássica e neoclássica em alguns pontos, para Furtado, a distância que separava os neoclássicos dos clássicos se dava principalmente porque os clássicos tinham sido inovadores e até certo ponto revolucionários — uma vez que sua teorização lutou contra as ideias do Antigo Regime —, enquanto os neoclássicos estiveram de porte de uma ideologia defensiva e, em certa medida, reacionária, defensores do *status quo*. Sobre os clássicos, Furtado escreveu que:

a atitude revolucionária [...] é clara em sua luta contra as sobrevivências das instituições feudais [...]. Ao definir-se contra o colonialismo em sua

época, Smith tomava o partido da industrialização, nascente na Inglaterra, contra as formas arcaicas de organização monopolista do comércio. Ricardo, por seu lado, atacou os resquícios do feudalismo, tanto com sua teoria da distribuição — baseada na concepção de renda diferencial — como com a teoria dos custos comparativos, que demonstrava o quão vantajosa era para a Inglaterra a política de importação livre de produtos agrícolas (Furtado, [1967] 1977, p. 42).

Já sobre o pensamento dos neoclássicos, Furtado, assim como fizera anos antes Paul Baran (1957), entendeu que eram direcionados a justificar a ordem social vigente:

Mais do que “marginalista”, o pensamento neoclássico deve ser qualificado de “otimizador”. O que nele é específico é a ideia de que todos os agentes econômicos tendem a “maximizar” ou a “otimizar” a sua posição. O agente consumidor tende a otimizar a sua, maximizando sua função de utilidade; o agente produtor tende a otimizar a sua, maximizando sua função de produção; por fim a coletividade otimiza o seu bem-estar conforme a sua escala de preferência. Esse sentido apologético, inerente ao pensamento neoclássico, manifestou-se em sua plenitude na chamada “economia do bem-estar” (Furtado, [1967] 1977, p. 43).

Destaca-se no trecho acima uma interpretação da realidade a partir da teoria do valor-utilidade, base da escola neoclássica, bem como uma interpretação do comportamento do indivíduo, que na verdade é visto como consumidor, a partir das ideias de maximização de utilidades, como se todos buscassem otimização de suas posições a partir de uma racionalidade para uma maior satisfação, e estendendo a ideia de que o bem-estar do indivíduo levaria, inevitavelmente, ao bem-estar coletivo.

2. AS CRÍTICAS EM RELAÇÃO ÀS CONTRIBUIÇÕES DE ROSENSTEIN-RODAN, NURKSE, LEWIS E ROSTOW

Para além das críticas mais gerais a algumas concepções da economia clássica e neoclássica, Furtado deve ser inserido na história do pensamento econômico também como um crítico a algumas chamadas teorias do desenvolvimento, que foram elaboradas durante a Segunda Guerra Mundial e logo após o término do conflito. Entre os alvos de Furtado estiveram Rosenstein-Rodan, Nurkse, Lewis e Rostow.

Furtado ([1961] 1964) focou sua análise crítica especialmente nas ideias de Rosenstein-Rodan sobre o *Big Push*⁷. Furtado enfatizou que o investimento industrial não

⁷ As ideias sobre *Big Push* estão presentes em Rosenstein-Rodan (1957), e este seria um empurrão dado ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos por meio, sobretudo, do capital privado estrangeiro.

ocorreria espontaneamente nas economias subdesenvolvidas, pelas forças do mercado, e que era necessário impulsioná-lo pelo Estado. Portanto, para Furtado, nessas economias não era válido o *laissez-faire* — proposto por Rosenstein-Rodan — como forma de impulsionar o investimento.

Também Furtado não entendia ser realista pressupor a existência de empresários schumpeterianos que fariam esses investimentos. E observava que o *Big Push*, conforme proposto por Rosenstein-Rodan, não seria uma solução para a superação do subdesenvolvimento, porque não discutia o problema da tecnologia. Geralmente, a tecnologia que seria usada na produção industrial local em um *Big Push* seria a importada, poupadora de mão de obra; portanto, ela seria inadequada a países onde havia excesso de desempregados, posto que o uso de técnica mais avançada ampliaria a oferta de mão de obra, ou seja, criaria sempre mais desemprego no país periférico.

Teremos que ir mais longe e admitir que o *Big Push* não soluciona senão um pequeno problema. A questão principal não é fazer flutuar o barco e sim encurtar ou evitar que se amplie a distância que o separa de outros que se fizeram ao mar há mais tempo (Furtado, [1961] 1964, p. 91).

Criticava, ainda, um mecanicismo na teoria de Rosenstein-Rodan porque teria partido de uma “lei geral”, ou seja, a ideia de que toda vez que houvesse um grande impulso em uma “economia estacionária” ela iniciaria seu processo de desenvolvimento. Segundo Furtado, várias experiências históricas não mostraram isso. Ele cita o exemplo da Bolívia, onde investimentos estrangeiros concentraram-se em minérios e não modificaram a forma de utilização e distribuição do excedente social. Essa modificação só teria ocorrido se a indústria extrativa tivesse transformado substancialmente a estrutura da demanda interna. Como, porém, “aquela indústria só [absorveu] uma fração ínfima da mão de obra do país”, e as utilidades que produziram “foram transferidas, em sua quase totalidade, para o exterior, o impacto sobre a estrutura da procura interna foi pequeno e pôde ser absorvido pelo aumento das importações” (Furtado, [1961] 1964, p. 89).

Esse exemplo provava que havia um problema na teoria de Rosenstein-Rodan de não distinção das diferenças entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. De acordo com Furtado ([1967] 1977), isso provinha do enfoque schumpeteriano de Rosenstein-Rodan, por meio do qual fazia uma tentativa de transpor aos países atrasados a teoria de Schumpeter.

Furtado ponderou, contudo, que a teoria do *Big Push* poderia ser considerada válida somente por ela tirar a “ilusão” de que seria possível passar de uma situação de subdesenvolvimento para uma de desenvolvimento de modo gradativo.

Quadro 1. Aspectos da interpretação de Rosenstein-Rodan

Crescimento equilibrado	Parte da ideia de que cada país deve se especializar em um tipo de produção, de acordo com os princípios da divisão internacional do trabalho, para que assim ocorra um equilíbrio estrutural na economia mundial. Entende haver um “excedente populacional no campo” nos países atrasados. Para haver equilíbrio, esses países deveriam empregar todas essas pessoas desocupadas numa industrialização interna, baseada em produção de bens consumo, intensiva em mão de obra, comandada pelo capital privado internacional.
Estado	O Estado deve pavimentar o caminho para o setor privado — com o fornecimento de infraestrutura, empréstimos, treinamento da mão de obra — e ajudar a criar um mercado interno. O Estado, inclusive, deve investir em infraestrutura, porque esta é uma área que demora para retornar lucros e na qual não costuma haver interesse do capital privado.
Tamanho do mercado	Um dos principais problemas das economias atrasadas é a pequenez do seu mercado interno, não atraente para o capital privado. Se não houvesse um grande investimento sincronizado de vários setores industriais de bens de consumo, com infraestrutura fornecida pelo Estado, não se resolveria o problema da formação de capital.
Capital estrangeiro	Trata a entrada do capital estrangeiro privado em áreas atrasadas como ajuda a esses países. É necessária a industrialização, a partir de oligopólios internacionais, inclusive, como os trustes.
Teoria das vantagens comparativas	A divisão internacional do trabalho seria orientadora de uma especialização produtiva dos países. Para os atrasados, caberia desenvolver, no máximo, uma indústria leve, pois a indústria pesada já estaria desenvolvida em outros países. Se os atrasados instalassem indústria pesada, isso prejudicaria os “sadios” princípios da divisão internacional do trabalho.
Tamanho da firma	Orienta sua interpretação a partir da ideia de que as firmas devem ter um tamanho ótimo para dar lucros. Logo, os países atrasados precisariam criar mercado interno para que este tamanho ótimo pudesse ocorrer, de modo que atraísse o interesse dos empresários em se instalar nessas economias.
Desenvolvimento como sinônimo de crescimento	Desenvolvimento é equiparado a um <i>Big Push</i> , um empurrão para um salto no crescimento.
Economias externas <i>marshallianas</i>	A ideia de <i>Big Push</i> vai na direção de se criar uma atmosfera <i>marshalliana</i> , a partir da qual várias indústrias criadas ao mesmo tempo ampliariam as economias externas para todas.

Fonte: Elaboração própria a partir de Rosenstein-Rodan ([1943] 1958; 1957; 1961).

Parte da crítica a Rosenstein-Rodan também foi feita a Nurkse. Furtado chegou a dizer que Nurkse tinha uma interpretação muito particular de Schumpeter e que tentava realizar uma análise da economia do fluxo circular de Schumpeter, mas ignorava que Schumpeter estava raciocinando em cima de mercados perfeitos e de uma classe capitalista

já constituída. Tratava-se de uma teoria simplificadora da realidade, sem validade universal, e especialmente problemática para a explicação dos países subdesenvolvidos.

Ao ressaltar como entendia Schumpeter, Furtado mostrava questionamentos que faltaram para Nurkse e que, certamente, também faltaram a Rosenstein-Rodan, relativos ao conteúdo histórico que não poderia faltar em uma análise sobre o desenvolvimento:

A essência da teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter pode, portanto, ser resumida no seguinte: o processo econômico em nossa sociedade não é circular porque existe uma classe com espírito dinâmico — os empresários — que, através de inovações, tende permanentemente a romper o equilíbrio. Seria o caso de se perguntar: *e que fatores contribuem para que exista uma tal classe em nossa sociedade? Por que têm essa função social determinados indivíduos?* Em realidade o problema do desenvolvimento econômico é um aspecto do problema geral de mudança social em nossa sociedade, e não poderá ser totalmente compreendido se não se lhe devolve o conteúdo histórico [...]. A simplificação schumpeteriana por um lado nos afasta do verdadeiro problema econômico do desenvolvimento, e, por outro, de muito pouco nos serve como explicação geral do fenômeno (Furtado, [1952] 2007, p. 202, grifos nossos).

Furtado destacou que, a partir de Schumpeter, Nurkse também teria entendido que um local onde um empreendimento isolado não seria viável, não sendo lucrativo, poderia vir a ser se houvesse um grande número de investimentos simultaneamente, as chamadas “ondas de inversão”. Neste ponto, havia concordância de Nurkse com a ideia de *Big Push* de Rosenstein-Rodan.

Em outra crítica, que serviria a esses dois autores, sobre como esse processo (não) ocorreria em países subdesenvolvidos, observou Furtado ([1952] 2007, p. 203, grifos nossos):

Utilizar essa teoria como explicação do ponto de partida de um processo de crescimento numa economia subdesenvolvida nos parece afastar-se muito da realidade. *Para uma economia subdesenvolvida, começar um processo de desenvolvimento com seus próprios recursos e pela ação espontânea de seus próprios empresários é, para usar uma frase corrente, como levantar-se pelos próprios cabelos.*

Furtado ainda discordava de Nurkse porque este entendeu os subdesenvolvidos enquanto países, *a priori*, estagnados: “Nurkse, parecia-me, raciocinava como se os países subdesenvolvidos estivessem estagnados, presos na armadilha do ‘círculo vicioso da miséria’” (Furtado, 1985, p. 150). Na visão de Furtado, os países subdesenvolvidos foram

inseridos historicamente no sistema da divisão internacional do trabalho e não estavam em estagnação do seu crescimento.

Embora considerasse Schumpeter um autor relevante mais por mostrar preocupações com as forças sociais que davam especificidade ao capitalismo do que como teórico do desenvolvimento⁸, Furtado julgava necessário na discussão feita por Nurkse, assim como destacado no debate com Rosenstein-Rodan, que ambos tivessem estabelecido primeiramente a diferença entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Na interpretação de Nurkse, isso importava especialmente pela sua afirmação de que o problema dos países subdesenvolvidos dizia respeito à formação de capitais, ou melhor, à escassez de investimentos em razão da ausência de poupança, incorrendo na relação neoclássica exposta anteriormente neste artigo.

Entre as várias distinções fundamentais entre como ocorreria a formação de capitais em países do centro e da periferia, que Furtado utilizou também para refutar aquela interpretação, estava o modo como se dava a difusão do progresso técnico, uma questão central para os investimentos. Na visão de Furtado, os países desenvolvidos acumulavam novos conhecimentos e realizavam a sua aplicação. No outro extremo, estariam os países subdesenvolvidos, que apenas assimilavam técnicas já prevalecentes nos países desenvolvidos.

Ao não distingui-los, Nurkse e Rosenstein-Rodan não observavam os diversos problemas que recaíam sobre os países subdesenvolvidos pelo fato de não desenvolverem suas próprias tecnologias, como: 1) as desvantagens de usarem tecnologia poupadora de mão de obra em locais com grande contingente de desempregados, de modo que tal assimilação lhes aprofundava o desemprego estrutural; e 2) os problemas incidentes sobre a cultura de uma sociedade periférica ao ter uma industrialização baseada em tecnologia de fora, pois esta alimentaria o consumo imitativo dos países do centro, entre outras dificuldades.

A análise de Nurkse, igualmente presente em Rosenstein-Rodan, sobre uma falta de estímulo ao investimento em razão da baixa capacidade de absorção dessas inversões pelo mercado porque o restrito consumo em um país pobre levava à pequenez do mercado interno, desinteressando os capitalistas, também recebeu críticas de Furtado ([1952] 2007).

⁸ Quando se referiu à influência que ele mesmo tinha do pensamento schumpeteriano, Furtado (1980, p. 31) disse que essa influência decorria “menos de sua visão do desenvolvimento como uma ruptura do circuito econômico concebido a partir do equilíbrio geral, e mais de sua insistência nas forças sociais que provocam mudanças estruturais e dão especificidades ao processo histórico do capitalismo”.

Este lembrou que esse problema de limites do mercado não existiria sempre que um país subdesenvolvido tivesse acesso ao mercado externo.

Furtado ressaltaria ainda que, se internamente havia problemas na constituição de um mercado, era pelo tipo de tecnologia usada nos países subdesenvolvidos, inadequada para sua estrutura social, conforme exemplificou:

O que se busca com o desenvolvimento econômico é aumentar a produtividade física média do fator trabalho. Numa economia subdesenvolvida a introdução de máquinas automáticas de fabricar calçados não significa melhora na produtividade física do fator trabalho para o conjunto da coletividade se os artesãos que antes produziam sapatos ficaram sem nenhuma ocupação. Por outro lado, o empresário que introduza tais máquinas terá prejuízo porque elas terão de permanecer paradas 5 dias por semana. Mas o empresário que introduza melhoras nas ferramentas utilizadas na produção manual de sapatos e assim possibilite um aumento de produtividade, produzirá mais sapatos com o mesmo número de homens-hora sem elevar demasiadamente os custos (Furtado, [1952] 2007, p. 200-201).

Furtado não discordava da ideia de que era preciso aumentar a produtividade e que o esforço de acumulação deveria ser parte da solução dos problemas dos subdesenvolvidos. Como exposto no trecho acima, entretanto, não era qualquer aumento de produtividade e de acumulação que levaria necessariamente ao desenvolvimento nacional. Afinal, não bastaria aumentar a produtividade de modo que esta elevasse a renda, se esta se mantivesse concentrada (Furtado, 1985).

Apesar das discordâncias com Nurkse, Furtado entenderia, nos anos 1950, o seu trabalho como “um dos esforços mais sérios feitos por economistas de países ‘desenvolvidos’ para compreender os problemas que enfrentam atualmente as economias subdesenvolvidas” (Furtado, [1952] 2007, p. 197). Segundo ele, Nurkse chamou a atenção “para o fato de que nos países desenvolvidos os economistas hajam sempre considerado como subentendido o fenômeno do crescimento econômico, razão pela qual o mesmo muito raramente [tivesse] sido submetido a uma análise sistemática” (Furtado, [1952] 2007, p. 198). Assim, Furtado entendeu que Nurkse deu, ao menos, a contribuição de reconhecer a existência do problema para que se pudesse pensar sobre a sua solução⁹.

⁹ Na avaliação de Furtado ([1952] 2007), essa preocupação com o subdesenvolvimento surgiu a partir das discussões sobre políticas anticíclicas, para além de um mecanismo monetarista, e sim de coordenação e programação dos investimentos. É por conta desta origem que houve um interesse sobre acumulação de capital, sobre as relações entre investimentos e renda nacional e a quantificação da riqueza nacional, entre outros estudos.

Apesar desses “afagos”, um ano depois, Nurkse ([1953] 2007) responderia ao texto, em uma tréplica, publicando um novo artigo na mesma Revista Brasileira de Economia¹⁰, contestando-o de forma contundente. Para ele, Furtado o interpretou de maneira errada, porque resumiu suas seis conferências como se apenas tivesse tratado do lado da procura, reconhecido por Nurkse como algo menor, mas ainda assim com sua importância. Nurkse, pelo contrário, entendeu que se dedicou mais detidamente ao lado da oferta dos países subdesenvolvidos, porque este importava mais, pela sua dificuldade de solução.

Nurkse também destacou que jamais opinou que os países subdesenvolvidos pudessem “puxar-se pelos próprios cabelos”. Mas que decidiu focar suas conferências em apenas um aspecto do problema, o que considerava “legítimo, habitual e inevitável, em análise econômica” (Nurkse, [1953] 2007). E entendeu que propôs uma solução, “ao menos teoricamente”, por meio do crescimento equilibrado. Sobre isso, ignorando a crítica de Furtado que tratava da impossibilidade da validade da Lei de Say e ao mesmo tempo da necessidade de se entender a história específica dos países subdesenvolvidos, explicitou:

Esse processo de crescimento equilibrado caracteriza-se pela aplicação mais ou menos simultânea de capitais adicionais a um grande número de indústrias complementares, criando o aumento de produtividade em cada uma dessas indústrias um mercado em expansão para as demais. Como expliquei na primeira conferência, nesse sentido uma expansão geral do poder aquisitivo real ajudaria certamente a eliminar a dificuldade geral que pode existir em relação a incentivos para investir em cada indústria separadamente (Nurkse, [1953] 2007, p. 238).

Sobre o uso da interpretação de Schumpeter para entender a realidade dos países subdesenvolvidos, que foi uma das mais importantes críticas de Furtado, Nurkse dizia concordar com Furtado sobre os limites dessa referência. E disse que teria relativizado isso ao dizer que a teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter seria aplicável “*principalmente* ao surto de crescimento do capitalismo ocidental” (Nurkse, [1953] 2007, p. 239, grifos nossos), mas que Furtado parecia não ter lido essa parte das suas conferências. Obviamente, a expressão “capitalismo ocidental”, usada por Nurkse, englobaria muitos países diferentes. O fato é que Nurkse tentava assim se esquivar, mas sem sucesso, da crítica de Furtado sobre a inadequação da teoria de Schumpeter para a realidade dos países subdesenvolvidos.

¹⁰Ver: Nurkse (1953). Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2374/2589>. Acesso em 9 de março de 2022.

Em 1967, com a publicação de “Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico”, Furtado parecia se redimir de alguns pontos de sua crítica a Nurkse, feita em anos anteriores. Furtado ([1967] 1977) destacou que houve uma grande confusão em relação ao que seria essencial no pensamento de Nurkse e escreveu que este autor não estava preocupado em explicar o processo histórico de desenvolvimento econômico, mas em mostrar uma estratégia para superação do subdesenvolvimento, e também aliviou a sua crítica a Nurkse na questão do referencial do equilíbrio:

O seu objetivo não foi explicar o processo histórico de desenvolvimento econômico, mas indicar uma estratégia de ação para romper o círculo vicioso do subdesenvolvimento, que deve ser considerado como uma situação histórica particular. Em nenhum momento sugeriu Nurkse que, no passado, o desenvolvimento se havia feito de forma “equilibrada”. Nem mesmo que o desenvolvimento equilibrado seja uma forma mais racional que o não-equilibrado [...]. (Furtado, [1967] 1977, p. 277, grifos do autor).

Furtado ([1967] 1977) considerou ainda que a interpretação de Nurkse — muito baseada no *Big Push* de Rosenstein-Rodan — de necessidade de complementaridade entre setores industriais e investimentos simultâneos para superação do círculo vicioso da pobreza ou do estado estacionário de subdesenvolvimento dava margem para se pensar no papel do Estado, mesmo que isso não estivesse evidente no texto daquele autor. Assim, explicaria Furtado ([1967] 1977, p. 276, grifos nossos) haver alguma possibilidade de planejamento sendo discutida por Nurkse:

Como o empresário individual não está em condições de romper a inércia inicial que oferecem as estruturas subdesenvolvidas, torna-se necessária uma ação promovida por uma autoridade central. *Se bem que Nurkse não desenvolveu completamente sua tese, dela se infere, de maneira mais ou menos evidente, que os países subdesenvolvidos necessitam atualmente de ampla ação estatal no plano econômico.*

Nota-se, portanto, que Furtado inicialmente foi muito mais crítico às ideias de Nurkse, mas, posteriormente, no fim dos anos 1960, reduziu a potência do seu julgamento, o que pode ser considerado um equívoco de Furtado. Em 1985, quando publicou o primeiro livro de sua autobiografia, “A Fantasia Organizada”, no entanto, Furtado resumiria como entendia, enfim, a contribuição de Nurkse ao debate sobre desenvolvimento e concluiria que a importância dele se dava por uma sistematização de discussões vigentes, não pela sua originalidade, mas por ter apresentado de “forma elegante

e convincente, e em linguagem acadêmica, ideias que estavam brotando aqui e acolá mas que ainda não haviam sido reunidas em um todo articulado” (Furtado, 1985, p. 148).

Quadro 2. Aspectos da interpretação de Nurkse

Crescimento equilibrado	Nurkse dizia que a Lei de Say era válida para países subdesenvolvidos, pela qual toda oferta criaria a sua própria demanda.
Poupança	Mais do que a formação de capital, sua variável-chave de análise sobre o atraso é a poupança. Esta precederia o investimento. O problema da ausência de poupança nos países subdesenvolvidos remetia a uma falta de frugalidade da sua população.
Tamanho do mercado interno	Um dos problemas do subdesenvolvimento é a pequenez do mercado interno. Pequenez do mercado decorria, sobretudo, da falta de poupança, que impedia o investimento, posto que era gasta em consumo suntuário.
Estado	O papel do Estado era criar atrativos ao setor privado e auxiliá-lo, com investimento em infraestrutura, treinamento de mão de obra. Também deveria realizar políticas com a finalidade de criar poupança para ajudar o investimento. A política tributária para isso deveria ser regressiva.
Tecnologia	A tecnologia seria um bem público, sendo repassada pelo capital internacional que se instalasse nas áreas atrasadas. Quando este não repassava essa tecnologia era porque não queria treinar pessoas que não permaneceriam a ele vinculadas por muito tempo. Tratava-se de uma questão mercadológica, na visão do autor.
Desenvolvimento como sinônimo de produtividade	Desenvolvimento aparece como mero sinônimo de alta produtividade, assim como subdesenvolvimento significa baixa produtividade de uma economia. Subdesenvolvimento também é sinônimo de baixa qualidade da sua mão de obra, excesso de recursos naturais e de população em relação ao seu capital.
Economias externas <i>marshallianas</i>	O crescimento equilibrado gera economias externas, ampliando a dimensão do mercado para cada empresa.
Comércio internacional	As economias subdesenvolvidas não estavam integradas às correntes de comércio internacional pela via de industrialização porque não conseguiram resolver seu problema de baixa produtividade e de crescimento do seu próprio mercado interno, de modo que este se tornasse interessante ao capital privado internacional. O comércio internacional era um problema do próprio mercado e não uma relação desigual, dada por dominação/dependência.
Capital estrangeiro	Não havia nada de errado em haver interesse do capital internacional em apenas se vincular ao setor de produção e exportação de matérias-primas nos países subdesenvolvidos. O que guiava esta decisão era apenas uma questão de mercado: havia um mercado consumidor para esses produtos na Europa. Ou seja, remete-se à teoria do consumidor e à teoria da firma neoclássica. Não se tratava de uma exploração de países pobres pelos países ricos. Para ele, o investimento dos estrangeiros em indústrias não ocorria também porque havia riscos políticos nos países subdesenvolvidos, entendidos como sistemas instáveis.
Protecionismo e capital estrangeiro	O protecionismo no país subdesenvolvido para uma indústria infante teria efeitos negativos porque não atrairia o capital estrangeiro a produzir internamente de forma significativa, porque este não entenderia o mercado interno a ser protegido como muito importante.

Fonte: Elaboração própria a partir de Nurkse ([1953] 2007; 1957).

Além de travar debates com Rosenstein-Rodan e Nurkse, a obra de Furtado traria críticas a Lewis. Estas decorreram da interpretação de que Lewis desenvolveu ideias similares às de Nurkse, mesmo que Lewis dissesse apresentá-las a partir do referencial clássico e não do neoclássico. Na interpretação de Furtado (1991, p. 120), Lewis havia baseado os seus modelos “em premissas clássicas — estranhas ao enfoque do equilíbrio geral — para integrá-los na corrente de pensamento neoclássico, então no começo de sua ofensiva contra o keynesianismo”.

Ao entendê-los como autores com teorias parecidas, Furtado os denominou de “enfoque Nurkse-Lewis”. Em linhas gerais, o entendimento de Furtado sobre o que esses autores conjuntamente apresentavam era a definição de desemprego disfarçado (ou oferta ilimitada de mão de obra) e de seus efeitos sobre o dualismo e os salários de um país subdesenvolvido:

O capitalismo, com seu critério central de maximização do lucro ao nível da empresa, ao penetrar com atraso numa sociedade não logra absorver mais do que uma parcela da força de trabalho disponível, posto que ele requer um nível de acumulação por pessoa empregada compatível com o potencial de investimento. O limite ao emprego no setor capitalista é estabelecido pelo preço de oferta da mão de obra, o qual se situa um pouco acima do nível de vida da população do setor pré-capitalista. A produtividade do trabalhador marginal no setor capitalista deve ser superior a esse salário de “subsistência”, pois do contrário o capitalista não o empregaria. Mas, como a produtividade média se situa acima da marginal, forma-se um excedente, motor da acumulação e ferro de lança da expansão do núcleo capitalista. Desta forma, a mão de obra tende a transitar do setor pré-capitalista para o capitalista. Enquanto dura esse processo, o setor capitalista opera em condições de oferta ilimitada de mão de obra (Furtado, [1980] 1981, p. 37).

De acordo com Furtado (1985), cinco anos antes de Lewis, porém, ele mesmo já teria tratado da oferta totalmente elástica de mão de obra ao analisar que, na fase de prosperidade dos ciclos econômicos, economias como a brasileira não ampliavam os salários reais dos trabalhadores empregados nas atividades primário-exportadoras.

Em obra posterior, ele foi mais incisivo e afirmou: “Neste ponto introduzia a ideia (cinco anos depois transformada em elemento central de seu modelo por Arthur Lewis) de uma oferta totalmente elástica de mão de obra como fator causante da inércia dos salários na fase expansiva”¹¹ (Furtado, 1991, p. 61).

¹¹ Bielschowsky (2007, p. 435) confirma que, em seus estudos sobre o pensamento econômico brasileiro e sobre o pensamento da Cepal, não encontrou argumentação prévia à de Furtado a esse respeito. “Por essa razão, sou levado à conclusão de que ele estava inaugurando o debate latino-americano sobre a

Portanto, na concepção de Furtado, Lewis não trouxera aquilo que se costumava lhe creditar como a sua mais importante contribuição teórica. E, sendo mais severo, pontuou que, “desvinculado de uma teoria institucional de distribuição da renda, ou de apropriação do excedente, o modelo de Lewis se esfumava em vazio exercício de geometria” (Furtado, 1991, p. 120).

Para Furtado, portanto, Lewis conseguia constatar apenas parte dos problemas do dualismo dessas sociedades subdesenvolvidas e era incapaz de vinculá-los a uma análise que se amparasse na discussão sobre criação e apropriação do excedente social e que recaísse, inclusive, sobre as relações desses países periféricos com os países centrais.

Quadro 3. Aspectos da interpretação de Lewis

Estado	O Estado seria importante aliado para formação de um capital governamental que auxiliaria a acumulação privada — portanto, com um papel secundário na dinâmica econômica, a ser chamado quando o mercado não resolvesse suas falhas.
Planejamento	Planejamento pode ser importante ou não dependendo das circunstâncias. Mostra-se, no entanto, contrário a um planejamento central e ocasionalmente contrário ao planejamento por incentivo, numa forma temporária. Chega a dizer que o <i>laissez-faire</i> pode ser mais eficaz do que planejamento em países subdesenvolvidos para resolver os problemas do atraso porque neles havia mais corrupção na administração pública.
Capital estrangeiro	Quando defendeu a industrialização a convite, nos seus últimos escritos, considerava possível a transferência de tecnologia aos países atrasados, desde que os governos conseguissem negociar com o capital estrangeiro. Era simples assim a transferência tecnológica. Bastava o país atrasado querer negociar o mal menor.
Desenvolvimento como sinônimo de modernização	Desenvolvimento como sinônimo de padrões mais modernos.
Desenvolvimento como sinônimo de produtividade	País com oferta ilimitada de mão de obra tinha população muito numerosa em relação ao seu capital e recursos naturais, de modo que a produtividade do trabalho seria baixa. Chegou a pontuar que a deterioração dos termos de troca era um problema de baixa eficiência na agricultura de países periféricos.

Fonte: Elaboração própria a partir de Lewis ([1954] 1958; 1960a; 1960b; 1984).

Mais severo do que o debate travado por Furtado com Rosenstein-Rodan, Nurkse ou Lewis, entretanto, foi o que ele realizou com Rostow¹². Um dos problemas centrais da

relação entre desenvolvimento, determinação de salários e concentração de renda em condições de subemprego rural e urbano”.

¹² Rostow era um dos teóricos que defendiam a política externa norte-americana como meio de ajuda aos países subdesenvolvidos, mas Furtado salientava que era necessário entendê-la, em primeiro lugar, mais como auxílio para os Estados Unidos, pela influência que a partir disso este país exerceria no mundo. Havia uma grande influência de Rostow na doutrina norte-americana para regiões

interpretação etapista de Rostow estava em assemelhar a história dos países desenvolvidos com a dos subdesenvolvidos, como se pudessem ter a mesma trajetória¹³. Como ressaltou Furtado (1961; 1967 [1977]), contrariamente a essa concepção, o subdesenvolvimento não era uma etapa, mas um processo histórico com várias especificidades.

Se levadas em consideração as etapas de Rostow [(1961) 1974], o desenvolvimento se daria a partir de uma corrida dos países por uma suposta melhor performance internacional:

a história dos povos passa a ser vista como uma competição para parecer-se com as nações que lideram o processo acumulativo. Os meios sugeridos para alcançar esse objetivo, sempre fugaz, não terão sido muitos: todos passam pela ideia de aumento da taxa de poupança interna e/ou criação de condições capazes de atrair recursos externos. Essa doutrina serviria de cobertura para os investimentos diretos estrangeiros, mediante os quais as atividades produtivas dos países dependentes viriam a ser controladas do exterior (Furtado, 1978, p. 77).

Furtado entendia ainda que a concepção centro-periferia trouxera elementos para negar a interpretação de Rostow, por mostrar que não haveria uma passagem automática de uma etapa para outra superior. “Ao contrário, a única tendência visível é para que os países subdesenvolvidos [continuassem] a sê-los” (Furtado, [1967] 1977, p. 143).

A criação de um primeiro núcleo industrial na Grã-Bretanha, de nível técnico relativamente elevado para a época, deu origem a um processo de irradiação da tecnologia moderna em escala mundial. Durante o primeiro século da Revolução Industrial, o núcleo de irradiação se ampliou substancialmente, mas a característica principal da economia contemporânea é a coexistência de um centro, que comanda o desenvolvimento tecnológico, e uma vasta e heterogênea periferia. O centro, que tampouco é homogêneo, está formado por subconjuntos de importância desigual. Sempre existe, entretanto, uma economia que desempenha o papel de centro principal. Até a I Guerra Mundial coube à Grã-Bretanha esse papel, que a partir de então foi desempenhado pelos Estados Unidos da América. Ao fato de que na economia deste último país o comércio exterior ocupe uma importância relativa secundária, atribui Prebisch a maior instabilidade da economia mundial neste século [XX]. O tipo de relações que existe entre o centro e a periferia estaria na

subdesenvolvidas como a América Latina, pela qual caberia às empresas privadas norte-americanas um papel básico no desenvolvimento local, tornando os Estados Nacionais secundários. A proximidade geográfica com a América Latina fazia deste local a zona de influência mais detida dos Estados Unidos, e por isso uma ação tutelar dos norte-americanos, em grande medida por meio dos seus Investimentos Diretos Externos (IDE), era muito forte (Furtado, 1973).

¹³ Para maior compreensão sobre essa impossibilidade, recomenda-se a leitura do livro “Sobre história: ensaios”, de Hobsbawm [(1997) 2013].

base do fenômeno de concentração da renda em escala mundial, que se realiza principalmente por meio da deterioração persistente dos termos do intercâmbio dos países periféricos (Furtado, [1967] 1977, p. 142-143).

Diante da complexidade dos processos históricos, esse tipo de interpretação faseológica, para Furtado, exigia um nível de abstração muito alto, o que reduzia a sua eficácia explicativa. “Em razão de sua extrema generalidade, o valor dessas análises, como base de antecipação de tendências a longo prazo, terá que ser reduzido ou nulo” (Furtado, [1967] 1977, p. 143). Assim, as etapas de Rostow seriam uma teoria bastante simples, apenas descritiva e não analítica.

Quadro 4. Aspectos da interpretação de Rostow

O papel da “história”	Utiliza a história enquanto uma construção de etapas previsíveis. A história dos países desenvolvidos é usada como possibilidade histórica para os países subdesenvolvidos. Isso é, na verdade, uma anti-história.
Poupança	A poupança prévia é necessária ao investimento na etapa do arranco. Existe uma centralidade da poupança para o desenvolvimento.
Elite industrial e a modernização	O novo comando para que houvesse o arranco em uma sociedade deveria ser de uma elite (a industrial) para substituir a anterior (caracterizada por donos de terras). Esta nova elite encararia a modernização como tarefa possível, atendendo a determinado fim que ela julgasse ser eticamente bom ou vantajoso. Neste caso, uma classe sabe o que seria bom para toda a sociedade.
Tecnologia	A tecnologia está disponível para todos os países, não sendo um problema. Até diz que na etapa da “marcha para a maturidade” as sociedades possuem um acervo de tecnologia, além dos recursos de que o país está dotado.
Capital estrangeiro	A potência estrangeira ao se instalar em um país subdesenvolvido favoreceria a sua modernização/desenvolvimento. Haveria uma reação positiva à intromissão de uma potência estrangeira em um país subdesenvolvido. Não são consideradas as relações de dominação/dependência explícitas no pós-guerra, nem o poder dos monopólios e oligopólios transnacionais.
Estado	Estado deveria só investir onde fosse chamado. Portanto, um papel secundário no sistema econômico. O governo deveria ofertar bens públicos para atrair e auxiliar o capital privado.
Economias externas <i>marshallianas</i>	A etapa "arranco" dependeria de economias externas marshallianas. Também discute tamanho ótimo da firma.
Desenvolvimento como sinônimo de modernização	Conforme ultrapassadas as etapas, mais modernas as sociedades ficariam. Desenvolvimento seria sinônimo de país moderno. Modernidade também teria relação com consumo em massa, a última etapa.
Desenvolvimento como sinônimo de produtividade	As sociedades tradicionais tinham problema de produtividade por não conseguirem aplicar bem a tecnologia disponível. Subdesenvolvimento seria sinônimo de país agrícola, com pouco uso de tecnologia e baixa produtividade.

Fonte: Elaboração própria a partir de Rostow ([1961] 1974).

As críticas presentes no livro “O mito do desenvolvimento econômico”, de 1974, sobretudo ao consumo em massa, acabaram também sendo um diálogo crítico com a teoria de Rostow, que justamente preconizava a quinta e última etapa do seu modelo de desenvolvimento econômico para todos os países como a era do consumo em massa.

Para Furtado (1974), em crítica ao estudo *The Limits to Growth*, do Clube de Roma, encomendado ao MIT, instituição que abrigou Rostow, nem mesmo o planeta teria condições ambientais de suportar a forma de consumo da sociedade norte-americana se esta se espraiasse para todos os países do globo. E mais do que isso: não era correto, na visão de Furtado, que os países que pouco contribuíram para os problemas ambientais mundiais (os mais pobres) pagassem por eles, o que estava sendo proposto pelo Clube de Roma, com a ideia de crescimento zero para todos os países.

Especificamente nas críticas a Rostow, Furtado esteve, de certo modo, acompanhado, inclusive, de autores marxistas. Baran e Hobsbawm, ainda em 1961, portanto mais de uma década antes da publicação de “O mito do desenvolvimento econômico”, trouxeram um texto importante, contrapondo-se a Rostow, em que ressaltaram que, mais do que desenvolver uma teoria, Rostow teria feito um manifesto anticomunista¹⁴.

A pretensão de Rostow, de que estaria fazendo na sua teoria as “ligações significativas entre o comportamento econômico e não econômico que Karl Marx não conseguiu discernir” (Baran; Hobsbawm, 1961, p. 1), foi um dos pontos de crítica desses autores. O artigo de Baran e Hobsbawm se propôs a comparar o que Rostow trazia sobre “desenvolvimento” com o pensamento marxista, provando a fraqueza dos argumentos de Rostow.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Furtado realizou críticas às teorias econômicas clássicas e neoclássicas e também aos chamados teóricos pioneiros do desenvolvimento e seus escritos dos anos 1940 aos anos 1960. Suas críticas estão de certo modo dispersas em sua obra, à exceção de alguns textos claramente dirigidos a debates com alguns autores, de modo que a compreensão de suas observações a essas teorias requer uma análise mais geral da sua obra.

Em relação às teorias clássicas e neoclássicas, suas críticas englobaram o uso irrestrito da abstração teórica e de generalizações de casos particulares. Furtado não poupou a teoria das vantagens comparativas ricardianas, as ideias de equilíbrio geral walrasianas, a própria concepção e uso do utilitarismo, a racionalidade econômica como guia dos indivíduos em suas escolhas, a partir da maximização de utilidades como consumidores para atingir satisfações, entre outros aspectos.

¹⁴ Rostow desenvolveu uma teorização que tinha o capitalismo como o caminho “certo” para que os países atrasados encontrassem o desenvolvimento e não se convertessem ao socialismo, que acenava como alternativa, com o avanço da industrialização e do desenvolvimento da União Soviética. A defesa do capitalismo, contudo, não só foi colocada por Rostow. Dentro do debate proposto neste artigo, importa também lembrar que Rosenstein-Rodan (1943) não recomendava o “modelo russo” para os países atrasados, porque supostamente demorariam mais para chegar ao desenvolvimento, uma vez que precisariam das suas próprias forças nacionais para isso — o que supostamente, segundo ele, aumentaria o tempo do processo — e, assim, também evitariam o capital estrangeiro, visto por ele praticamente como um “parceiro” do desenvolvimento dos países atrasados. Considerações parecidas estiveram presentes em Lewis (1960a) nas suas críticas ao planejamento dirigido, cujo maior exemplo a ser evitado pelos países atrasados, na sua concepção, era justamente o modelo soviético.

Furtado foi, ainda, crítico de algumas visões sobre a centralidade da poupança, tida como um sacrifício e determinante do investimento em uma economia; do papel diminuto relegado ao Estado, supostamente restringindo sua atuação às falhas de mercado; e da concepção de crescimento econômico como equivalente ao desenvolvimento econômico e proveniente meramente de um aumento de produtividade, sem considerações sobre a distribuição de renda.

Pelas críticas de Furtado, é possível perceber que os pioneiros do desenvolvimento, como Rosenstein-Rodan, Nurkse, Lewis e Rostow, guardavam algumas ligações com teorias ortodoxas. Entre outros aspectos, eles não deram grande importância à história para a compreensão do capitalismo e de sua dinâmica, e isso os impossibilitou de observar as particularidades das formações sociais subdesenvolvidas e os elementos fundamentais da totalidade, que, entre outros elementos fundamentais, dizia respeito à relação desigual estabelecida entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos ao longo do tempo.

Sem uma percepção histórica e estrutural, essas teorizações passaram ao largo da compreensão e análise dos reais determinantes internos e externos do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Isso levou ao uso da concepção de crescimento equilibrado por vários teóricos, à ideia etapista do desenvolvimento presente em Rostow, que seria uma visão anti-história, além de outras noções, como as discutidas por Rosenstein-Rodan, sobre o tipo de industrialização que deveria existir em áreas atrasadas, voltada a não atrapalhar os “sadios” princípios da divisão internacional do trabalho, e a noção de que o problema do subdesenvolvimento teria relação com pequenez de mercado, falta de capital por ausência de poupança, como explicitado por Nurkse, havendo uma visão de tecnologia como bem público e o equívoco de tratar que os problemas das economias subdesenvolvidas como unicamente próprios das suas escolhas e não derivado, em grande medida, também da relação estabelecida entre estas e as economias centrais.

Não tendo como eixo importante da análise as relações de dominação e dependência entre as nações e tampouco a hegemonia norte-americana no pós-II Guerra Mundial, tais teorias não discutiram a dominação dos países do centro sobre os periféricos e nem como a periferia foi fator determinante para o desenvolvimento dos países centrais, inicialmente como fornecedora de matérias-primas por meio de colônias de exploração e, posteriormente, como mercado de bens de consumo para escoamento de produção manufaturada do centro, recebendo seus capitais via filiais de empresas transnacionais.

Em muitos casos, o Estado foi considerado apenas responsável por ajudar esse capital a se expandir, solucionando falhas de mercado ou atuando na tributação para

aumento da poupança da sociedade. O setor privado seria o maior responsável por conduzir essa economia a um aumento do investimento e de produtividade, fatores muitas vezes tratados como sinônimos de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARAN, P. (1957). *A economia política do desenvolvimento*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- BARAN, P.; HOBBSAWM, E. (1961). The stages of economic growth. *International Review for Social Science (Kyklos)*, Vol. 14, Issue 2, maio, p. 234-242. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-6435.1961.tb02455.x/epdf>. Acesso em 9 de março de 2022.
- BIANCONI, R.; COUTINHO, M. (2019). O desenvolvimento como processo de mudança cultura: as conexões entre excedente e estruturas sociais na visão de Furtado. v.29 n.especial, *Nova Economia*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/5CqN4Ckd5wt3WLPjnzJ9mFc/>. Acesso em 3 de junho de 2024.
- BIELSCHOWSKY, R. (2007). As contribuições de Celso Furtado ao estruturalismo e sua atualidade. In: SABOIA, J. L. M.; CARVALHO, F. J. C. (Orgs.). *Celso Furtado e o século XXI*. Rio de Janeiro: Manole.
- FURTADO, C. (1952). Formação de capital e desenvolvimento econômico. In: *Memórias do Desenvolvimento*, ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, jun/2007.
- FURTADO, C. (1954). *A economia brasileira: Contribuição à análise do seu desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora A Noite.
- FURTADO, C. (1957). A análise marginalista e o subdesenvolvimento. In: *Contribuições à análise do desenvolvimento econômico: textos em homenagem a Eugênio Gudin*. Rio de Janeiro: Agir.
- FURTADO, C. (1961). Comentários sobre estudos do professor Rosenstein-Rodan. In: ELLIS, H. (Orgs.). *Desenvolvimento Econômico para a América Latina: Brasil/Portugal*: Editora Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, C. (1961) *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- FURTADO, C. (1967). *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- FURTADO, C. (1973). A concentração do poder econômico nos Estados Unidos e a sua projecção na América Latina. In: FURTADO, C. et al (Orgs.). *Império e imperialismo americano*. Porto: Textos Marginais.
- FURTADO, C. (1974). O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FURTADO, C. (1978). Criatividade e dependência na civilização industrial. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FURTADO, C. (1980). *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1981.
- FURTADO, C. (1985). *A Fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- FURTADO, C. (1991). *Os ares do mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FURTADO, C.; MANESCHI, A. (1968). Um modelo simulado de desenvolvimento e estagnação na América Latina. *Revista Brasileira de Economia*. Fundação Getulio Vargas. v. 22, n. 2, . Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/1711>. Acesso em 5 abril de 2017.
- FURTADO, C.; SOUSA, A. (1970). A. Los perfiles de la demanda y de la inversión. *El Trimestre Económico*. Vol. 37, No. 147(3), Jul-Set, 1970, 463-487 pp.
- HOBBSAWM, E. (1997). *Sobre história: Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- KALECKI, M. (1987). *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: Editora Hucitec.
- LEWIS, W. A. (1954). O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Orgs.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1958.
- LEWIS, W. A. (1960a). *Os princípios do Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- LEWIS, W. A. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1960b.
- LEWIS, W. A. (1984). Development Economics in the 1950's. In: MEIER, G. M.; SEERS, D. (Orgs.). *Pioneers in Development*. Washington D.C.: Oxford University Press.
- NURKSE, R. (1953). Notas sobre o trabalho do Sr. Furtado relativo a "formação de capitais e desenvolvimento econômico". In: *Memórias do Desenvolvimento*, ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, jun/2007.
- NURKSE, R. (1957). *Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- OLIVEIRA, F. (1972). *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- PREBISCH, R. (1949). O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000, vol. 1.
- RICARDO, D. (1817). *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- ROSENSTEIN-RODAN, P. N. (1943). Problemas de industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Orgs.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1958.
- ROSENSTEIN-RODAN, P. N. (1957). *Notes on the Theory of the Big Push*. Center for International Studies. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology (MIT).
- ROSENSTEIN-RODAN, P. N. (1961). International aid for underdeveloped countries. *The Review of Economics and Statistics*. Vol. XLIII., n. 2, maio 1961, 107-138 pp.
- ROSTOW, W. (1961). *Etapas do Desenvolvimento Econômico (um manifesto não-comunista)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- WALRAS, L. (1986). *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo: Nova Cultural.

Vanessa F. Jurgenfeld

Doutora em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp, professora da Universidade Estadual Paulista (Unesp).